



AMAS EM CRECHE FAMILIAR

CNIS fecha processo negocial que se arrastava há mais de um ano

SESSÕES EXPLICATIVAS DO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

Esclarecer dúvidas às IPSS Recolher informação para a CNIS



UIPSS COIMBRA

As autarquias do distrito reconhecem pouco o trabalho das IPSS



ABRUNHEIRA

Casa do Povo duplica capacidade em ERPI e cria nova resposta



GÓIS

Arranjar gente para trabalhar com os idosos é o grande desafio de futuro



iD

Aprovado por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



A propósito do contributo da CNIS para as próximas eleições

É já tradição que as organizações de diferentes âmbitos, aproveitem os atos eleitorais para fazerem valer as suas reivindicações mais estruturais ou as que menos são valorizadas e se revelam de elevada importância para a prossecução dos fins de cada uma delas. Procuo estar atento, sobretudo, às do setor social. Por isso, li com muito interesse o documento preparado pela CNIS que leva o título “Contributo da CNIS para todos os partidos com assento parlamentar”.

Os responsáveis pela elaboração deste documento, em meu entender, tiveram o cuidado de não se quedarem, apenas, por se vincularem a propostas de medidas que visem a solução dos problemas quotidianos das IPSS, alguns que até estão a colocar em risco a sobrevivência de muitas, mas sem as esquecerem, quiseram abordar assuntos de ordem mais estrutural. Pessoalmente, estou convencido de que se conseguirem o acolhimento dessas propostas, fica mais fácil negociar as questões que visam a resolução do grande desafio que, presentemente, se coloca às IPSS e que tem a ver com a garantia da sustentabilidade da área da solidariedade social como componente estruturante de um Estado Social que necessita dela, não apenas como forma de implementar medidas de ação social, mas, fundamentalmente, como agentes transformadores do desenvolvimento socioeconómico. Este desenvolvimento que não pode estar, exclusivamente, confiado à economia de mercado, mas que tem de contar com a que tem uma dimensão social, pois só assim, podem caminhar juntos o crescimento económico e a distribuição equitativa dos rendimentos desse crescimento, tendo em conta a parte da população portuguesa mais vulnerável.

Assim, tem todo o sentido que o documento proponha medidas que visam a revisão constitucional, de modo a tornar mais explícita a missão da solidariedade, completando uma lacuna existente no n.º 5 do artigo 63.º da Lei Fundamental, que é da de não atribuir a esta «uma formulação que igualmente configure como um direito o direito à solidariedade – ou um

direito à proteção social, traduzido em medidas de apoio social- assegurado por um sistema nacional de cuidados a quem careça de proteção social». A aceitação desta proposta permitiria, em meu entender, uma revolução na relação do Estado com o setor social, concretamente, no que diz respeito aos direitos e deveres de ambas as partes. Outra modificação que acarretaria e que, há muito, vem a exigir alterações substanciais é a metodologia de cooperação vigente e a definição de corresponsabilidades conforme a natureza das problemáticas sociais, precavendo respostas adequadas em termos de eficácia e eficiência de meios.

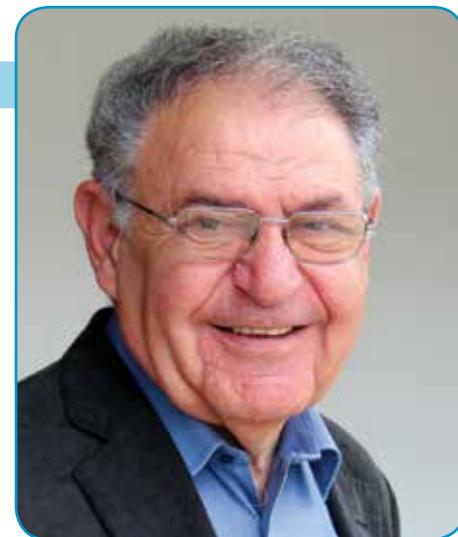
Na prossecução da revisão constitucional solicitada, vem outra que urge resolver, que é a regulamentação da Lei de Bases da Economia Social, de modo a que, segundo reivindica a CNIS, se «estabeleça a identidade e respeite as características do Terceiro Setor, libertando as Instituições que se enquadram no seu seio, designadamente as IPSS, da tentação, em que se tem caído, de as sujeitar, quanto a procedimentos, a um regime quase de direito público...», referindo questões como as da autonomia, as de ordem financeira, as de aplicação de procedimentos administrativos que se revelam uma tortura burocrática e na falta de condições de «liberdade de ação para a atuação em mercado aberto». Esta, tem sido ao longo dos tempos, a maior tensão existente entre um Estado democrático, que devia fomentar, a participação, regulada e acompanhada, dos cidadãos organizados, de modo a fortalecer a democracia participativa e ter mais garantida a de ordem representativa. Um modelo como este não se compadece com relações impositivas em que se fala de cooperação, mas, na prática, prevalece o querer do mais forte que, neste caso, é o poder central e, agora, o mesmo risco poderá correr-se com o poder local. Esta revisão da Lei de Bases da Economia Social, a acontecer, tem de prever a sua amplitude, na medida em que há muitos setores que, embora não tenham direta prestação de serviços sociais, dão um contributo para o crescimento da economia, mesmo

que não seja na sua vertente financeira explícita, mas contribuem para o desenvolvimento integral e sustentável do país. Penso em muitas atividades ligadas à cultura, à educação informal, à defesa do património, à proteção do ambiente, à cooperação com outros países em vias de desenvolvimento... Instituições que, na sua natureza e finalidades, são órgãos intermédios da sociedade civil e como tal deveriam estar, explicitamente, representados no setor da economia social. O problema da falta de possibilidade de “concorrer” com o “mercado aberto”, embora compreenda a razão justificativa da CNIS, considero que seria de deixar muito claro onde começa e termina, em termos de autonomia financeira, a Economia Social e a Economia de Mercado. É que a possibilidade de entrar num mercado aberto, sem parâmetros definidos à partida, corre o risco de resvalar para a preocupação da obtenção do lucro, como um fim em si mesmo, e não de assegurar excedentes financeiros que viabilizem a sustentabilidade de qualquer IPSS, concretamente os encargos que o Estado não cobre, existindo já neste aspeto uma injusta desigualdade de condições na concretização das finalidades das IPSS.

O documento que ousei comentar é composto por 7 propostas. Propositadamente, limitei-me às duas primeiras, pois julgo que as restantes encontrarão uma resolução mais escorreita se estiver resolvida e assumida com determinação a relação do Estado com a economia social que já deu provas suficientes que está onde e com quem a economia de mercado não quer estar, porque não sacia a sede de lucro que a caracteriza. Por outro lado, parafraseando o Papa Francisco, é uma economia que não mata, mas procura dar vida em muitas situações em que o poder financeiro sem coração exclui e mata a alegria de viver. Se a Economia Social não estiver ao serviço, preferencialmente, dos “últimos”, não tem razões para existir. Por isso, felicito o contributo que a CNIS ofereceu aos partidos, pois, se eles o aceitarem, terão a garantia de poderem contar com um contributo para um Estado Social robusto e inquebrantável.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



As amas em creche familiar

1. Foi na Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Biénio 2021-2022, assinado em 12 de dezembro de 2022 pelo Governo e pela CNIS – e demais Organizações Representativas do Sector Social e Solidário – que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social introduziu a pretensão de converter os contratos de prestação de serviços existentes entre as Instituições com creche familiar e as amas em contratos de trabalho sem termo.

Nessa ocasião, para a situação típica de uma ama que acolhesse 4 crianças, a referida Adenda previa uma remuneração-base à ama de 1.177,89 euros mensais – em regime de contrato de trabalho –, a pagar a partir de 1 de janeiro de 2023.

Para tanto, o MTSSS comprometia-se a criar um programa de apoio à contratação das amas em regime de contrato de trabalho.

A CNIS fez logo saber ao Governo que esse valor não poderia ser praticado, por três razões principais: por representar um nível remuneratório superior ao dos técnicos superiores da generalidade das carreiras comuns (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, educadores sociais...); por se traduzir num encargo excessivo para as Instituições, condenadas ao défice da resposta social se acolhessem a pretensão do Ministério do Trabalho; e por o MTSSS não ter ainda publicado o referido programa de apoio à contratação, nem se sabendo em que moldes seria criado.

Tal mecanismo foi publicado apenas em 22 de outubro de 2023, através da Portaria nº 324/2023.

Por iniciativa da CNIS, ficou consagrado na Cláusula VI, 5 dessa Adenda Extraordinária que a conversão dos contratos seria efetuada em sede da contratação coletiva de trabalho.

Entretanto, o Memorando de Entendimento entre o MTSSS e o Setor Social e Solidário 2023-2024, assinado em 6 de setembro de 2023, alterou as condições para a conversão dos contratos, tendo passado de 1 de janeiro para 1 de outubro de 2023 a data de início dos contratos de trabalho a celebrar e reduzindo a remuneração-base da ama para um mínimo de 947,60 euros mensais.

Tal valor foi mantido no Compromisso de Cooperação para o Biénio 2023-2024, assinado em 7 de dezembro de 2023 – que se encontra em vigor.

Este Compromisso mantém igualmente o procedimento da contratação coletiva como via para a pretendida conversão dos contratos.

2. Importa referir que a Lei nº 12/2023, de 3 de abril, que aprovou a Agenda do Trabalho

Digno, alterou o artº 10º do Código do Trabalho, que passou a determinar a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em vigor no mesmo setor de atividade aos prestadores de serviço que, não se encontrando em situação de subordinação jurídica, se encontrem em situação de dependência económica do beneficiário da atividade.

No mesmo sentido, a ACT vem interpretando a conjugação da nova redação do artº 10º com os artsº 10º-A, 1., c) e 12º do Código do Trabalho no sentido de que os contratos com as amas constituem verdadeiros contratos de trabalho, por neles se verificarem os índices de laboralidade a que se refere o artº 12º do Código do Trabalho, já citado.

O mesmo entendimento, quanto à natureza dos contratos com as amas, é o da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que, numa audição parlamentar a respeito do enquadramento das amas em creche familiar, afirmou que a ACT, através do cruzamento da base de dados da Segurança Social e da Autoridade Tributária, iria, a partir de 1 de fevereiro de 2024, notificar as Instituições que mantivessem contratos de prestação de serviços com as amas, para os converter em contratos de trabalho subordinado.

A CNIS tem conhecimento de que Instituições suas filiadas com creche familiar já foram notificadas pela ACT no sentido dessa conversão dos contratos.

3. Neste quadro de incerteza, em que todas as alternativas contêm riscos e são suscetíveis de interpretações diversas, quer da ACT, quer dos Tribunais – trata-se de uma regulamentação nova, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno –, a CNIS entendeu, como solução mais prudente, negociar com as federações sindicais outorgantes dos diversos contratos coletivos em vigor um enquadramento da situação contratual das amas que acautelasse os interesses das Instituições que mantêm esta resposta social.

Já se verificou acordo com a Frente Sindical da UGT – CCT CNIS-FNE –, cujos traços essenciais são os seguintes:

Celebração de contratos de trabalho com as amas, fixando a remuneração-base em 820,00 euros, correspondendo ao Nível XVIII da Tabela A do Anexo V do CCT, sendo os contratos celebrados com isenção de horário de trabalho, assegurando o funcionamento da resposta entre as 8 horas e as 19 horas, nos termos do artº 22º do Dec.-Lei nº 115/2015, de 22 de junho, que veio regulamentar a atividade das amas, conferindo direito à retribuição complementar correspondente à isenção, nos termos da Cláusula

61º do CCT – que, por facilidade, se calcula em 20% da remuneração-base: 164,00 euros.

Tal traduzir-se-á na remuneração bruta mensal de 984,00 euros por ama que acolha 4 crianças.

O acordo entre a CNIS e a Frente Sindical da UGT relativamente às amas consta de uma cláusula excecional e transitória, que vigorará até 31 de agosto de 2025 – remetendo para o Governo a responsabilidade de, até essa data, rever as comparticipações da Segurança Social para esta resposta, de molde a permitir às Instituições mantê-la; e dando às Instituições um tempo para avaliarem o funcionamento da resposta e decidirem da sua continuidade, e em que moldes.

É que, embora os apoios à contratação, nos termos da Portaria nº 324/2023, de 22 de outubro, permitam uma gestão financeira equilibrada desta resposta social, o certo é que, sem esse apoio à contratação e num cenário de gratuitidade da frequência da creche familiar, a gestão desta resposta seria necessariamente deficitária – na medida em que as comparticipações da Segurança Social, constantes do Compromisso de Cooperação para o Biénio 2023-2024, são insuficientes para cobrir a despesa direta das Instituições com a creche familiar – e os apoios à contratação só duram até à data da caducidade da cláusula.

4. Publica-se neste número do “Solidariedade” o texto do acordo com a FSUGT, na parte que contempla também os novos valores de remunerações acordado para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024.

Como é habitual, a CNIS recomenda às suas associadas que não aguardem pela publicação do acordo em BTE para atualizar os valores das remunerações.

Da mesma forma, as Instituições que deliberarem celebrar contratos de trabalho com as amas também não devem aguardar pela publicação do acordo de revisão no BTE, para poderem beneficiar em tempo útil da Medida de Apoio à Contratação, através do IEFPP.

Com efeito, termina no próximo dia 26 do corrente mês de fevereiro o prazo para as Instituições registarem ofertas de emprego relativamente ao Aviso de Abertura de Candidaturas, na Medida Apoio à Contratação de Amas em Creche Familiar e em 29 de fevereiro o prazo para apresentação de candidaturas pelas Instituições interessadas.

AMAS EM CRECHE FAMILIAR

Acordo da CNIS com a Frente de Sindicatos da UGT com solução para os contratos de trabalho com as IPSS

Ao cabo de mais de um ano de negociações foi encontrada uma solução para o procedimento da contratação coletiva como via para a conversão dos contratos das amas em Creche Familiar com as IPSS.

Está, assim, desimpedido o caminho para a celebração de contratos de trabalho com as amas. A remuneração-base é fixada em 820,00 euros, correspondendo ao Nível XVIII da Tabela A do Anexo V do CCT, e os contratos são celebrados com isenção de horário de trabalho, com a correspondente retribuição de 20% da remuneração-base, ou seja 164,00 euros. Para a ama que acolha quatro crianças a remuneração bruta mensal é de 984,00 euros. Ficou estipulado que o funcionamento da resposta ocorre entre as 8 e as 19 horas.

Como explica Lino Maia, presidente da CNIS, em Editorial, nesta edição do Solidariedade, “este acordo que foi assinado pela CNIS e a Frente Sindical da UGT relativamente às amas consta de uma cláusula excepcional e transitória, que vigorará até 31 de agosto de 2025 – remetendo para o Governo a responsabilidade de, até essa data, rever as participações da Segurança Social para esta resposta, de molde a permitir às Instituições mantê-la; e dando às Instituições um tempo para avaliarem o funcionamento da resposta e decidirem da sua continuidade, e em que moldes.”

Tendo em conta todo o enquadramento da legislação laboral e a especificidade funcional da atividade profissional das amas a CNIS considerou adequado desenvolver um processo negocial com as federações sindicais que assinaram contratos coletivos em vigor para encontrar uma fórmula que acautelasse os interesses das Instituições que mantêm esta resposta social.

O presidente da Confederação lamenta que a CGTP não tenha assinado o documento quando tudo indicava o contrário: “Chegámos ao fim de um longo processo. Reconheço e louvo todo o esforço desenvolvido por todas as partes para a obtenção deste acordo. Pena que um sindicato afeto à CGTP, que tinha manifestado vontade em aceitar a proposta final da CNIS, tenha, à última hora, ficado fora da assinatura da proposta final. Foi longo, mas muito bem concluído este processo que parecia insolúvel. A equipa negociadora da CNIS (Alfredo Cardoso, M. José Miranda e Henrique Rodrigues) fez um excelente trabalho, que quero destacar e agradecer.”

A CNIS e a Frente Sindical da UGT chegaram a acordo no dia 12 de Fevereiro para a revisão do CCT publicado no BTE nº 20 de 29 de maio de 2023, através da introdução de uma Cláusula Excepcional e Transitória que vigorará até 31 de Agosto de 2025.

A atividade das amas está regulamentada desde 2015 e no artigo 22º está determinado que o período de permanência diária da



criança em ama, é fixado no contrato de prestação de serviço de harmonia com o horário de trabalho da família, não devendo em regra ser superior a 11 horas.

Segundo a definição de funções, “as amas podem acolher, na sua residência, até quatro crianças até aos três anos de idade, ou até atingirem a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento da família e cuja admissão e encaminhamento para o acolhimento pela ama é feito pela Instituição.

As amas de Creche Familiar devem “articular o acolhimento com a família da criança, visando facilitar a conciliação da vida familiar e profissional da mesma e assegurar às crianças um ambiente seguro e familiar, as condições adequadas ao seu desenvolvimento integral, num ambiente de segurança física e afetiva, bem como os cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar físico, emocional e social.

Cabem-lhe ainda as funções correspondentes aos deveres constantes de legislação específica sobre a profissão de ama, designadamente as de assegurar uma alimentação saudável e equilibrada das crianças, garantindo as condições de higiene e segurança alimentar na preparação dos alimentos, no caso de, por acordo escrito, caber à ama a respetiva confeção, ou ministrando às crianças as refeições entregues pela Instituição, em caso contrário.”

CLÁUSULA EXCEPCIONAL E TRANSITÓRIA:

1 - A partir da entrada em vigor do CCT, o vínculo laboral das amas em contexto de Creche Familiar passa a ser o contrato de trabalho, sujeito à legislação laboral aplicável e ao regime constante do CCT, com as necessárias especificidades.

2 - Aos contratos de trabalho dos trabalhadores referidos no número anterior poderá ser aplicado excepcionalmente e a título transitório até 31 de agosto de 2025, o regime previsto no art.º218º, nº 1., c) e nº 2 do Código do Trabalho, salvaguardando os direitos dos trabalhadores, previstos nos artigos 214º, nº 1 e 219º, nº 3, ambos do Código do Trabalho, conferindo o direito à retribuição especial prevista na Cláusula 61ª.

3 - A isenção de horário de trabalho a que se refere o nº anterior será praticada na modalidade de isenção completa, nos termos e para os efeitos do artº 219º, 1., a) do Código do Trabalho, carecendo da concordância de ambas as partes do contrato de trabalho a modificação ou resolução do acordo escrito de isenção completa.

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o horário de trabalho das amas de Creche Familiar não pode ultrapassar o limite-regra previsto no nº 1 do artigo 22º do DL nº 115/2015, de 22 de junho, na sua redação atual.

2024

Tabelas de Remunerações Mínimas para as IPSS associadas da CNIS

TABELA A
(CARREIRAS COMUNS)

NÍVEL	Remuneração mínima (janeiro de 2024)
1	1337€
2	1249€
3	1179€
4	1126€
5	1100€
6	995€
7	945€
8	917€
9	888€
10	882€
11	872€
12	862€
13	852€
14	842€
15	832€
16	828€
17	824€
18	820€

TABELA B
QUANTO AOS TRABALHADORES DOCENTES COM ENQUADRAMENTO NAS TABELAS B-1, B-2, B-4 E B-5, FORAM ACORDADOS NOVOS VALORES DE RETRIBUIÇÃO, A SABER:

Níveis	Anos de Serviço	Remuneração mínima (janeiro de 2024)
I	26 ou mais	3130€
II	de 23 a 25	2470€
III	de 20 a 22	2115€
IV	de 16 a 19	1999€
V	de 13 a 15	1939€
VI	de 9 a 12	1788€
VII	de 4 a 8	1545€
VIII	de 0 a 3	1100€

TABELA B-1 — PROFESSORES DO 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PROFISSIONALIZADO, COM LICENCIATURA.

Níveis	Anos de Serviço	Remuneração mínima (janeiro de 2024)
I	26 ou mais	2579€
II	de 23 a 25	2380€
III	de 20 a 22	1999€
IV	de 16 a 19	1933€
V	de 13 a 15	1788€
VI	de 9 a 12	1545€
VII	de 4 a 8	1430€
VIII	de 0 a 3	1100€

TABELA B2 – PROFESSORES DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PROFISSIONALIZADO, COM BACHARELATO.

Níveis	Anos de Serviço	Remuneração mínima (janeiro de 2024)
I	26 ou mais	2638€
II	de 23 a 25	2003€
III	de 20 a 22	1883€
IV	de 16 a 19	1721€
V	de 13 a 15	1550€
VI	de 9 a 12	1471€
VII	de 4 a 8	1211€
VIII	de 0 a 3	1100€

TABELA B-4 – EDUCADORES DE INFÂNCIA E PROFESSORES DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO COM LICENCIATURA PROFISSIONALIZADOS.

Níveis	Anos de Serviço	Remuneração mínima (janeiro de 2024)
I	26 ou mais	2595€
II	de 23 a 25	1968€
III	de 20 a 22	1844€
IV	de 16 a 19	1682€
V	de 13 a 15	1520€
VI	de 9 a 12	1411€
VII	de 4 a 8	1140€
VIII	de 0 a 3	1009€

TABELA B-5 – EDUCADORES DE INFÂNCIA E PROFESSORES DO 1ª CICLO DO ENSINO BÁSICO COM HABILITAÇÃO.

As tabelas salariais, o subsídio de refeição e as diuturnidades constantes no presente acordo, produzem efeitos a 1 de janeiro de 2024.



CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

Investimento superior a 5,5 milhões de euros duplica capacidade em ERPI e cria nova resposta

A Casa do Povo de Abrunheira, concelho de Montemor-o-Velho, tem crescido exponencialmente na última década e tem em marcha três projetos no sentido de chegar a mais gente que necessita de um local de acolhimento.

O SOLIDARIEDADE regressou à instituição oito anos depois para dar a conhecer estes projetos que a instituição de ampliação e requalificação de duas das suas três ERPI.

Em 2016, a Casa do Povo acolhia 81 idosos, em três ERPI, apoiava 16 utentes através do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e ainda acolhia 15 pessoas em Centro de Dia.

Hoje, a situação é bem diferente e, ainda este ano, a instituição perspetiva concluir duas das três intervenções que está a realizar. Depois de encerrar o Centro de Dia por altura da pandemia da Covid – “O Centro de Dia fechou porque dava prejuízo e a instituição não pode ter ervas daninhas”, afirma o presidente José Carvalho –, atualmente, a instituição apoia nove utentes em SAD e acolhe 89 idosos nas três ERPI, sendo que um destes lares é dedicado exclusivamente a pessoas com demência.

“Apesar de não haver legislação para as demências, criámos uma ERPI dedicada apenas a pessoas com demência”, refere José Carvalho, lembrando que, hoje, a instituição tem mais utentes “com autorização da Segurança Social e na sequência de algumas alterações regulamentares que aconteceram por altura da Covid”.

Quem chega hoje à Casa do Povo de Abrunheira quase não conhece a instituição. Onde até ao ano passado estava um campo de futebol, agora ergue-se um enorme edifício, que liga diretamente com o já existente Complexo Social Sénior e que, fruto da ampliação, vai passar de uma capacidade de 42 para 106 camas, entre quatro triplos e individuais, uma obra prevista para estar concluída em setembro próximo.

“A obra tem um custo aproximado de dois milhões de euros, com um apoio do PRR de 1,46 milhões de euros, mas este valor não paga equipamentos, nem paga IVA”, sublinha José Carvalho, o que indica um custo maior.

Por outro lado, a instituição tem, igualmente, em curso a ampliação e remodelação da ERPI das demências, um projeto para 50 camas, com financiamento exclusivo da instituição, fruto de um empréstimo bancário. A perspetiva é que tudo esteja pronto em julho, agosto, num investimento que ronda um milhão de euros.

E se o alargamento do Complexo Social Sénior tomou conta do complexo desportivo, já os apartamentos destinados a vítimas de violência doméstica irão se erigidos onde hoje está uma garagem para as viaturas da



instituição.

“O projeto de construção dos 14 apartamentos, T1 e T2, para vítimas de violência doméstica nada tem que ver com a Segurança Social, mas sim com o Ministério da Habitação. Posteriormente, poderá haver apoio da Segurança Social em termos de acordos de cooperação, mas não para já”, sustenta o líder da Casa do Povo, revelando que já “no início de março vai ser lançado o concurso público para a construção”.

A obra tem um custo previsto de 2,5 milhões de euros, com financiamento do PRR de 1,275 milhões de euros.

“Tudo isto implica um encargo volumoso por parte da instituição, só possível devido a uma questão de credibilidade nos bancos. Não tivemos problema em pedir dinheiro, tivemos foi oferta de dinheiro”, revela, orgulhoso do que a instituição tem alcançado: “Em pouco tempo conseguimos um património elevado, da ordem de alguns milhões de



euros e, depois, somos cumpridores e fazemos uma gestão rigorosa”.

Relativamente à ERPI das demências, uma aposta com quase uma década, em 2016, José Carvalho dizia ao SOLIDARIEDADE: “Adquirimos uma residência onde estamos a desenvolver um projeto interessante na área

das demências e do Alzheimer. A intenção é fazer um projeto maior, talvez com apoio do Portugal 2020, numa oferta ligada ao Alzheimer e demências equiparadas”, revela José Carvalho, destacando: “Queremos criar um projeto diferente em que as pessoas com Alzheimer ou demência equiparada sintam o espaço como se vivessem o mais normalmente possível o quotidiano. É uma resposta para que as pessoas não sejam desenraizadas da vida quotidiana”.

A intervenção junto dos utentes da ERPI das demências, mas também dos demais idosos em alojamento, é sempre feita “com estimulação, desde que se bate à porta de manhã, se entra no quarto com a música preferida dos utentes, os banhos e o vestir feito ao ritmo da música e assim sempre até ao deitar”.

Nesse âmbito, a instituição pintou os quartos com cenas da vida quotidiana e de determinados lugares das regiões dos utentes, colocou azulejos com relevo à entrada das portas e de diferentes cores nos diversos quartos e erradicou as cadeiras de rodas, substituindo-as por cadeirões articulados com rodinhas, entre outras inovações. Refira-se que o interior da instituição está praticamente coberto por azulejos, restos de coleções que a instituição resgata nas fábricas da região. José Carvalho sustenta que esta intervenção é algo que surge na sequência da Covid, uma das aprendizagens que a instituição tirou da pandemia.

Na ERPI das demências, a Casa do Povo de Abrunheira tem algumas inovações que introduziu a pensar no bem-estar dos utentes. A título de exemplo, todos os cadeirões foram forrados de forma colorida por forma a estimular os utentes e nos quartos existe uma “lampadária”, uma espécie de ecrã no teto, que varia a cor e intensidade da luz e, em alguns casos, a paisagem projetada, no sentido de combater a chamada “síndrome do pôr-do-sol”.

“Estamos certificados pela DGEST para

dar formação e temos manuais próprios para trabalhar com os nossos utentes, alguns dos quais teremos de registar a patente porque são únicos”, revela José Carvalho, defendendo que é através deles que fazem uma intervenção inovadora e que recebeu um novo impulso com o projeto «Dar mais memória à memória», bafejado em 2023 com três prémios nacionais.

À semelhança de muitas outras IPSS espalhadas pelo país, também a Casa do Povo de Abrunheira enfrentou problemas de recrutamento de pessoal para trabalhar com os idosos.

“Com a política do RSI, com a qual concordamos, as famílias recebem quase todas na ordem dos 400 euros, e ainda recebem os cabazes de ajuda alimentar que muitas instituições distribuem, depois não querem vir trabalhar para ganhar 700 euros”, atira José Carvalho, que encontrou uma solução para resolver o problema de falta de mão-de-obra nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e no Brasil.

“Com os Palop a situação é diferente. Inicialmente fizemos uma seleção apertada, mas agora já não precisamos, porque são os que cá estão que nos indicam familiares e amigos que sabem corresponder ao perfil que queremos. Legalizamo-los e instalamo-los nos nossos alojamentos, que são no antigo centro de dia e em uma casa que construímos, que é a residência dos artistas, que no fundo, são dois hostels, e ainda temos outras casas que recuperámos no meio da povoação”, revela, explicando que, com a instituição a facilitar na questão do alojamento, a vinda deles é mais fácil: “O alojamento é uma dificuldade e nós proporcionamos-lhes isso, o que facilita a sua integração e fixação. Por outro lado, esta é uma povoação envelhecida e, não fosse a Casa do Povo, a Abrunheira nem metade das pessoas que tem tinha, nem sequer a farmácia e o demais comércio estariam abertos. No fundo, é a Casa do Povo que dinamiza a economia e a cultura”.

Mas a chegada desta população a Abrunheira para trabalhar na Casa do Povo tem uma outra grande mais-valia: “Nós apostamos em casais jovens, que tenham filhos, que tragam filhos e damos-lhes facilidades para que os possam ter cá. A escola na Abrunheira fechou, mas já enchemos um autocarro com os filhos dos nossos funcionários para os levar a Montemor-o-Velho. E isto tem sido às custas dos PALOP, que já são 50% do pessoal que aqui trabalha. E não fazemos diferença entre os nacionais e os PALOP, queremos é os melhores para tratar dos nossos utentes”.

Por outro lado, a instituição tem nos seus quadros uma equipa de 11 funcionários exclusivamente dedicados a obras, “que está constantemente a fazer a manutenção das instalações, por isso é que os equipamentos da Casa do Povo têm sempre um aspeto de novos”.

A justificação de José Carvalho é para que “haja sempre um aspeto de novo, não apenas por uma questão de modernidade, mas sobretudo para que os utentes se sintam bem”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS, GÓIS

Se houvesse o triplo de vagas em ERPI a capacidade estaria totalmente preenchida

O Centro Social Rocha Barros, situado em Góis, nos terrenos aplanados da fértil bacia do rio Ceira, entre a Serra do Rabadão e a Serra do Carvalhal, bem perto da Serra da Lousã, tem as suas raízes no que foi a Sopa dos Pobres, criada em 1958.

“O presidente da Câmara Municipal na altura, o senhor Rocha Barros, como aconteceu em muitos outros lugares deste país, criou a Sopa dos Pobres, que funcionava através dos donativos das famílias influentes de Góis. A resposta funcionou numa casa de dois andares, mesmo no centro da vila, comprada pela Sopa dos Pobres com dinheiro dado pelo benemérito Francisco Nogueira Pereira”, conta Hélder Barata, vice-presidente da instituição.

Duas décadas depois, em 1978, a instituição passa a Centro Social Rocha Barros, em homenagem ao edil que criara a Sopa dos Pobres. É nesta altura que a instituição deixa a Sopa dos Pobres, nos termos em que funcionava até aí, e cria o primeiro Centro de Dia.

Para além disto, a instituição geria o Bairro Cristina Rodrigues, um aglomerado de 10 casas, doado pelo dono da firma Rodrigues & Rodrigues, de Lisboa, mas que era natural de Góis, recebendo o bairro o nome da esposa.

“Hoje em dia, há poucos beneméritos e os que há é só para descontar nos impostos”, afirma Hélder Barata, que recorda como Góis era nesses finais dos anos de 1970.

“Em 1978, Góis era uma realidade quase medieval, nada tinha mudado ao longo dos tempos. E foi o influxo de gente que regressou do Ultramar que subitamente criou um espírito de mudança. Nessa altura, é fundado o Centro Social Rocha Barros com o primeiro Centro de Dia, o primeiro local onde as pessoas de idade se podiam encontrar e conviver”, lembra, sublinhando: “Nesta altura, estamos numa mudança da realidade agrícola, de agricultura de subsistência, para uma outra mais moderna, porque aqui não havia nada”.

Nos anos 1980, começa a germinar a ideia de construir o edifício onde o Centro agora funciona e que “foi uma batalha terrível, pois foi naquela fase em que Portugal atravessou tempos difíceis”.

Apesar das dificuldades, o novo equipamento é inaugurado em 1993, com uma capacidade para 30 pessoas em ERPI.

“A construção é feita com a aprovação da Segurança Social, mas não foi construído o que se queria, mas o que a Segurança Social determinou. E, depois, temos o exemplo absurdo do hall de entrada, que tem uma dimensão enorme e que é um desperdício de espaço e de dinheiro para construir, num edifício de dois pisos em que não há elevador. A Direção, na altura, levantou a questão do elevador e foi negado pela Segurança Social. Só posteriormente se conseguiu instalar um elevador, externo ao edifício”, lamenta Hélder Barata, dando mais um



exemplo das dificuldades para se construir um equipamento social naquele tempo: “Havia estas dificuldades naquele tempo para conseguir pôr de pé um projeto assim, já para não falar de que os elementos da Direção e cônjuges tiveram de dar o aval pessoal ao empréstimo bancário. Isto é para se ver o quão era difícil construir um equipamento social”.

Na primeira fase do Centro Social, ainda no velho edifício, a instituição para além do Centro de Dia, abriu posteriormente uma creche, também a primeira no concelho.

Já no novo edifício, a instituição conseguiu alargar a capacidade da ERPI, em 2017, com a construção de uma nova ala com 12 quartos, com uma capacidade para mais 20 idosos.

Nos dias que correm, o Centro Social Rocha Barros acolhe 24 crianças em creche, 14 em Pré-escolar e outras tantas em CATL. Já na área dos idosos, a ERPI acomoda 47 idosos, recebe nove utentes em Centro de Dia e apoia 16 em SAD. Para além disto, a instituição ainda gere o Bairro Cristina Rodrigues e serve 11 refeições diárias no âmbito da Cantina Social, contando com uma equipa de 50 funcionários.

“Se tivéssemos o triplo da capacidade em ERPI estaríamos cheios. A população está muito envelhecida e é muito grande o número de pessoas que têm necessidades, por isso, quase funcionamos em sistema de ‘cama quente’... Assim que morre um utente, a vaga é automaticamente preenchida”, sublinha o vice-presidente da instituição.

Relativamente à creche, a diretora-técnica Carla Barreto sustenta que a instituição tem da resposta às necessidades, daí a capacidade

ser de 34 crianças e a instituição acolher, de momento, apenas 24: “Temos conseguido dar resposta às solicitações e não temos tido grande questões, porque conseguimos fazer a transição para as outras salas. Temos em berçário 10, 12 na sala de um ano e 14 na sala de dois anos, pelo que estamos longe do limite da capacidade. Houve uma altura em que se pensou fechar a creche, numa altura em que tínhamos somente três bebés no berçário”.

No entanto, o cenário parece estar a mudar, como adianta Hélder Barata: “Neste último ano tivemos um boom, porque houve um número muito grande de nascimentos. Isto é bom porque este é um concelho ultra envelhecido, em que a população tem diminuído a olhos vistos. A pandemia e a gripe têm levado muita gente”.

E esta situação de envelhecimento e desertificação da população acarreta outros problemas que a instituição tem dificuldade em ultrapassar.

“Outra consequência é a nossa incapacidade para arranjar gente para trabalhar. As pessoas mais novas são todas licenciadas e nenhuma quer trabalhar por turnos e muito menos em funções que passam por, desculpe a expressão, limpar velhos. Ainda há pouco tempo contratámos uma pessoa com 63 anos e é uma excelente trabalhadora”, diz o vice-presidente, alertando: “Na perspetiva de futuro, a maior dificuldade que enfrentamos é a angariação de mão-de-obra. E estes lugares, para além da proficiência na execução das funções, exigem um lado humano muito grande, porque as pessoas quando aqui chegam já têm muita idade, oitentas e noventas, e com graus de



dependência muito grande e alguns casos já com demência”.

Segundo Carla Barreto, dos 47 utentes de ERPI, “apenas três são totalmente autónomos, seis estão acamados e todos os restantes têm algum grau de dependência”.

Sobre a situação financeira da instituição, Hélder Barata defende que está “muito bem controlada, mas sem perspectivas de se poder fazer o que quer que seja a mais”

“Não temos folgas e tudo é muito controlado,

porque temos de estar sempre prontos para qualquer eventualidade. Por exemplo, a área da infância dá prejuízo. Se for uma instituição do Estado, a coisa vai-se gerindo, mas nós, as IPSS, temos que contar todos os tostões para conseguir cumprir com as regras todas e cada vez é mais difícil”, lamenta o «vice».

É nesse sentido que a instituição “não tem projetos em marcha, mas em mente sim”, refere Hélder Barata, acrescentando: “Há uns tempos começámos a pensar que, em termos

concelhios e nos outros à volta, não resposta residencial para adultos com deficiência intelectual ou mesmo uma resposta tipo Centro de Dia para esta população. Atualmente temos três pessoas, já foram cinco, que não têm os 65 anos, mas que usufruíam dos serviços de Centro de Dia. Eles não têm lugar numa instituição como esta, porque têm necessidades específicas para as quais o nosso pessoal não está habilitado”.

Assim, a ideia era criar um CACI, mas as dificuldades são muitas.

“Se criarmos essa resposta de raiz, os requisitos são tais que é para que não aconteça. No entanto, havendo uma parceria com uma entidade, na nossa zona é a ARCIL, que já desenvolva atividade nessa área pode ser mais fácil”, adianta Hélder Barata, ao que Carla Barreto acrescenta: “Construir de raiz é muito complexo, porque as exigências são enormes. Surgiu, então, a possibilidade da parceria e cheguei a entrar em contacto com a ARCIL, que tem aqui um polo, frequentado por adultos. E ficou em aberto a hipótese de podermos, fruto de um protocolo, beneficiar da componente técnica da ARCIL. As burocracias são imensas. Temos necessidade no concelho, mas é necessário dar uma volta gigantesca, quando são situações que precisam de uma solução no imediato. Temos o caso de uma utente que veio com a mãe e, entretanto, esta faleceu e agora ficou cá filha”.

Um outro desejo antigo da instituição passa pela habitação colaborativa.

“Temos ainda um sonho, que já vem do tempo do meu pai, que foi dirigente da instituição mais de 30 anos, e que está prometido pela Câmara Municipal desde 2001, oficializado em ata em 2006, da cedência do espaço contíguo ao nosso edifício, que era a oficina das máquinas camarárias, para a instituição se expandir. A ideia sempre foi dar um outro aspeto ao viver numa ERPI. A ideia é construir cinco ou seis bungalows, para que as pessoas trouxessem os seus pertences e móveis até, vivendo uma vida semiautónoma, com o apoio da instituição. Não seria certamente para as pessoas do concelho, mas abriria a hipótese de outras pessoas poderem vir para cá viver e usufruir deste bem-estar e viver bem que há em Góis. Não esqueçamos que 10% da população do concelho de Góis já são estrangeiros”, sustenta Hélder Barata.

E como seria Góis sem o Centro Social Rocha Barros?

“O Centro, ao longo destes anos, tem sido sempre uma mais-valia para este concelho. Mesmo em termos de crianças, apesar de haver resposta pública, os pais preferem colocar aqui os seus filhos. O Centro Social é uma marca que fica e uma mais-valia. No entanto, se não houvesse esta instituição, certamente, outra existiria, mas seria pior”, afirma Carla Barreto.

Por seu turno, o vice-presidente coloca o enfoque na área da infância para demonstrar a importância da instituição no concelho: “Na área da infância, o Centro sempre foi a referência, pela forma como as crianças são tratadas. Há pais que andaram aqui em crianças e agora colocam aqui os seus filhos, apesar de haver mais respostas em Pré-escolar. Isto quer dizer muito”.

SEGURANÇA SOCIAL

Remuneração média aumentou para 1.463 euros em 2023

A remuneração média declarada à Segurança Social pelos trabalhadores por conta de outrem aumentou 7,2% em 2023, para 1.463 euros, segundo dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

De acordo com a informação, a remuneração média mensal declarada relativa ao trabalho dependente passou assim de 1.365 euros em 2022 para 1.463 euros em 2023, um acréscimo bruto de 98 euros.

Para a variação anual terá contribuído a atualização do salário mínimo nacional que, em 2023, subiu em 55 euros (7,8%), para 760 euros (atualmente o salário mínimo nacional é de 820 euros).

O aumento da remuneração média mensal declarada em 2023 ficou acima do referencial que ficou estabelecido no acordo assinado entre o Governo e alguns parceiros sociais para a melhoria dos rendimentos, de 5,1% para



2023.

A subida foi também superior à inflação média de 2023, de 4,3%, medida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A evolução da remuneração ajudou ao crescimento da receita da Segurança Social, nomeadamente das quotizações e contribuições quotizações (os descontos a cargo dos

trabalhadores e da entidade empregadora).

A receita com contribuições e quotizações cresceu 12,5% em 2023 face ao ano anterior, para 25.107,7 milhões de euros, “fruto da valorização do salário médio (em 7,2%) e do crescimento do emprego (em 5%)”, realça em resposta à Lusa o gabinete da ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho.

De acordo com a execução orçamental divulgada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), a Segurança Social atingiu um excedente de 5.464,4 milhões de euros no ano passado, um aumento de 1.396,4 milhões de euros face a 2022.

O excedente - o maior registado nos últimos anos - deveu-se ao aumento da receita efetiva da Segurança Social em 7,8% para 38.311,4 milhões de euros, face a uma subida da despesa em 4,4%, para 32.847,0 milhões de euros.

Cansado de trabalho burocrático?
Otimize a gestão da sua creche, pré-escolar e CATL com a nossa solução web

**SIMPLES
RÁPIDO
SEGURO**

CONHEÇA A OFERTA 360.º DA F3M PARA O SETOR SOCIAL

SOFTWARE

CONSULTORIA

FORMAÇÃO CERTIFICADA

TELECOMUNICAÇÕES

CIBERSEGURANÇA

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A app **eSOCIAL INFÂNCIA** permite aos pais acompanharem em tempo real o dia-a-dia e o desenvolvimento das suas crianças.

Disponíveis em

Siga a página do Shine nas Redes Sociais

Mundo da Infância

F3M www.f3m.pt

GIL TAVARES, PRESIDENTE DA UIPSS COIMBRA

Devia-se convidar os membros do governo a irem a um lar mudar a fralda a um idoso

A Volta da Solidariedade segue esta edição pelo distrito de Coimbra, que tem espalhadas pelo seu território um total de 238 IPSS, sendo que 201 são associadas da UIPSS Coimbra. E, tal como a maioria das instituições espalhadas pelo país, vivem com “dificuldades económicas”, tendo “a sustentabilidade em risco”. Gil Tavares, presidente da União distrital conimbricense, aponta a baixa comparticipação do Estado e os altos encargos com pessoal que as instituições têm como os dois fatores mais geradores da situação difícil das instituições. Soluções há diversas, mas passa muito “pelo cumprimento por parte do Estado da comparticipação de 50%”. Sobre as dificuldades em recrutar pessoal para trabalhar nas instituições, Gil Tavares deixa uma sugestão...

SOLIDARIEDADE - Como caracteriza o Sector Social Solidário no distrito de Coimbra?

GIL TAVARES - A situação das instituições é igual à de todas as outras, estão com dificuldades económicas e com a sustentabilidade financeira em risco. A comparticipação do Estado está desatualizada, há as dificuldades económicas dos utentes e as obrigações correntes das instituições são enormes, como os encargos com o pessoal. Os custos são gritantes e há uma grande falta de sensibilidade por parte do Estado, cujo financiamento 50-50 estabelecido no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social não mais avança. Isto resume o panorama das dificuldades no dia-a-dia das instituições. No entanto, se houvesse vontade do Estado poderia haver uma maior ajuda, porque os encargos das IPSS são muito grandes. Como referi, são os encargos com pessoal e ainda a formação, a medicina do trabalho, a higiene e segurança, a salubridade dos edifícios, as condições energéticas, as vistorias das viaturas e dos elevadores e os sistemas de proteção de incêndios, entre outras questões, que têm um grande peso nos orçamentos das instituições e o Estado não cobre isso. Agora, se o Estado cumprisse com o que assinou, os tais 50% da comparticipação por resposta, as coisas poderiam ser diferentes”.

E o que poderia o Estado fazer mais?

O Estado poderia ter uma maior atenção com as IPSS, por exemplo, implementando a isenção do IVA na água, na luz e no telefone, diminuindo o ISP das viaturas, criando um gasóleo tipo o gasóleo verde para as IPSS. No fundo, há uma panóplia de matérias que o Estado poderia avançar e, assim, ajudar as instituições.

E no distrito quais as grandes lacunas em termos de respostas sociais?

Continua a haver uma grande falta de lar de



idosos e de creches. Essencialmente, são estas as duas maiores lacunas.

Qual o feedback das instituições sobre a implementação da creche gratuita?

O feedback que nos tem chegado é que tem havido uma grande procura, mas também é algo que tem muito que ver com a imigração. A maior parte dos nascimentos que têm ocorrido nos últimos tempos são de imigrantes. No entanto, tem, de facto, havido uma maior procura.

Como é a relação da UIPSS com as associadas e quais as maiores solicitações que elas dirigem à União?

As relações são excelentes e, neste mandato, não tivemos nenhuma desistência, exceção a uma Santa Casa da Misericórdia que não quis continuar. Por isso, deduzimos que elas estejam contentes com o desempenho da União. Depois, as maiores solicitações são, de facto, nas áreas laboral e jurídica.

Para além do apoio às associadas, quais as grandes apostas da União em termos de atividade?

Continuar a melhorar os serviços que presta, porque não podemos estagnar. Não queremos dar-nos por satisfeitos, queremos melhorar o apoio que damos às associadas, procurando a excelência nos serviços que prestamos. Era intenção desta Direção, através de um estágio ou outra coisa, elaborar um jornal e, assim, estabelecer uns contactos mais assíduos com as instituições para verificar quais as suas dificuldades. E este é o próximo desafio.

E em termos de formação, qual o plano?

Fazemos a formação que as associadas nos pedem. Temos acordos com entidades formativas e, através de protocolos, as formações são dadas, seguindo as solicitações das instituições.

E como descreve a relação com a CNIS?

A relação é ótima, respeitamos muito a CNIS, como a CNIS respeita muito as Uniões Distritais. Temos um bom relacionamento e estamos sempre ao dispor para ajudar no que nos seja possível. Por outro lado, reconhecemos o trabalho da CNIS nas negociações com o Estado e é de louvar e elogiar o papel que a CNIS desempenha no Sector Social Solidário.

À semelhança de outros distritos, tem conhecimento de instituições que tenham desistido de candidaturas aprovadas em sede de PRR, por causa da diferença de preços entre a data de aprovação e a data de início de obra?

Não tenho conhecimento que tenham desistido, mas sei das dificuldades que as instituições enfrentam devido a terem apresentado a candidatura com um valor e, devido à inflação e à guerra, os preços serem completamente diferentes. Apesar da mais recente majoração de 20%, a verdade é que há sempre esta dificuldade de as candidaturas nunca serem comparticipadas a 100%, o que causa o grande transtorno às instituições, que vão ter que se endividar junto das entidades bancárias para suportar a diferença entre o valor da candidatura e o real valor que a obra agora tem.

E as autarquias do distrito são solidárias com as IPSS?

Nem por isso. As autarquias do distrito de Coimbra têm muitas dificuldades em reconhecer o trabalho das IPSS. Recordo que houve aí uma altura em que todos os dias o preço dos combustíveis aumentava. Então, escrevi ao senhor Presidente da República e ao senhor primeiro-ministro e entrei em contacto com todos os senhores presidentes de Câmara do distrito, no sentido de, em conjunto, conseguirmos que o preço dos combustíveis para as IPSS fosse mais acessível. O senhor Presidente da República respondeu à União, o senhor primeiro-ministro respondeu à União e das câmaras municipais do distrito de Coimbra só uma respondeu! Por aqui podemos ver que não reconhecem muito bem o trabalho que as IPSS desempenham nos seus concelhos.

Uma das grandes dificuldades sentidas por muitas IPSS é o recrutamento de mão-de-obra. Este é um problema que também afeta as instituições do distrito?

É uma situação que afeta de forma generalizada o distrito. Os encargos com pessoal nas instituições situam-se entre os 60% e os 70%, todos os anos aumenta o salário mínimo nacional, e bem, ninguém está contra isso, mas estes aumentos são suportados pelas instituições sem que o Estado apoie devidamente. Depois, os ordenados dos trabalhadores das IPSS são baixos e muita gente não quer trabalhar nas IPSS, porque são funções extremamente delicadas e pesadas. O salário é baixo e muitos não se querem sujeitar a este tipo de trabalho. Costumo dizer que era conveniente convidar o senhor primeiro-ministro e os membros do governo a irem a um lar mudar a fralda a um idoso e verem o que custa ao colaborador de uma IPSS.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

SESSÕES EXPLICATIVAS DE NORTE A SUL DO PAÍS

A importância das IPSS dominarem o Compromisso de Cooperação é essencial

À semelhança de anos anteriores, após a assinatura do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário, a CNIS promove sessões explicativas do “documento mais importante na cooperação entre o Estado e as instituições”, como afirma o presidente-adjunto Eleutério Alves.

Para o dirigente, “é por este documento que estão plasmados os procedimentos-base da cooperação e estas sessões explicativas permitem às instituições tomar um melhor conhecimento do que ficou acordado, mas também tirarem dúvidas, que, em debate, acabam por gerar outras dúvidas que as instituições aproveitam para esclarecer”.

Segundo Eleutério Alves, “estas sessões permitem um contacto direto com as instituições e, no processo de explicitação, encontrar situação que perturbam o funcionamento das instituições”, porque é uma oportunidade “para ouvirem o que as outras dizem”, encontrando-se muitas situações que são vividas por diferentes IPSS.

Antes das quatro sessões explicativas, que aconteceram ao longo de janeiro em Beja, Viseu, Lisboa e Vila Real, a CNIS, logo após a assinatura do Compromisso, a 19 de dezembro, promoveu uma sessão online que contou com 734 participantes

“As sessões explicativas foram precedidas de uma sessão online em dezembro, logo após a assinatura do compromisso, na qual, de uma perspetiva mais abrangente, foram abordados os diferentes aspetos do documento e a questão mais repetida foi a dos valores de atualização, ou seja, o que previa para 2023, o que previa para 2024 e os respetivos pagamentos”, revela Mafalda Jesus, do Departamento Técnico da CNIS, acrescentando que, “de alguma forma, o que foi para as sessões explicativas resultou do trabalho desse encontro online”.

Relativamente às quatro sessões realizadas em janeiro, Mafalda Jesus afirma que a principal propósito na preparação das sessões foi “desmistificar o Compromisso, que é um documento muito extenso e engloba diferentes áreas”.

“O objetivo foi tentar focar na perspetiva de quem estaria a ouvir o que seria de retirar de cada uma das respostas sociais. Inclui a própria organização da apresentação foi feita, não na estrutura do Compromisso, mas em função de cada uma das respostas sociais e o que é que para cada uma delas as diferentes áreas introduziam”, explica, acrescentando: “Não focámos a apresentação apenas nas alterações, no fundo, foi na identificação dos aspetos mais relevantes que dizem respeito a cada uma das respostas sociais. Por exemplo, a questão da atualização financeira foi vista no global, mas depois na abordagem a cada resposta foi vista com mais detalhe. Seja as alterações legislativas previstas, a articulação com outras áreas



ou introdução de aspetos novos”.

Nas diferentes sessões houve uma forte componente das questões de cariz financeiro, “porque são novas, como, por exemplo, os complementos por dependência para SAD e Centro de Dia e para situações de demência para essas mesmas respostas, ou a situação dos SAD em territórios de baixa densidade ou a comparticipação complementar em CATL para crianças portadoras de deficiência”, refere Mafalda Jesus, ao que Patrícia Monteiro, também do Departamento Técnico da CNIS, acrescenta: “Algumas questões tiveram maior enfoque porque são situações específicas dos territórios onde se realizaram as sessões. Sabendo quem eram as instituições presentes e depois de as

questionar nas sessões para saber se promovemos determinadas respostas sociais, tínhamos como objetivo darmos uma explicação maior ou mais sintética sobre determinados assuntos, procurando nos exemplos que dávamos ajustá-los ao que era mais predominante na plateia”.

Um dos momentos mais importantes e férteis das sessões é o de perguntas e respostas, a oportunidade de as instituições colocarem as suas dúvidas, que muitas vezes são as dúvidas de muitas.

“Uma das questões mais colocadas e por muitos dos participantes foi a dificuldade de verificação dos valores de comparticipação, sobretudo sobre o valor que receberam em dezembro, ou seja, a comparticipação extraordinária



de 2023 e a antecipação de 2024 e esta foi uma questão que perpassa há muito. Isto é, já nas participações mensais que as instituições recebem há muita dificuldade em conferirem esses valores”, revela Patrícia Monteiro, explicando: “Apesar de esses valores estarem fixados por acordo de cooperação, quando a Segurança Social junta pagamentos, em especial de complementos, é muito difícil fazer a destinação do que é o quê e, cada vez mais, tem havido evoluções em respostas sociais da infância ou em ERPI em que há outros complementos. Relativamente ao que receberam em dezembro, a participação extraordinária de 2023 e a antecipação de 2024, chegou tudo num único bolo, que tem duas rubricas e que são de anos económicos diferentes, pelo que era fundamental saber o que era de um e do outro”.

E este problema não é de agora, como identifica Patrícia Monteiro: “Esta dificuldade foi o que perpassou e as instituições tinham muita expectativa quanto ao novo módulo de pagamento da Segurança Social Direta na plataforma, ou seja, passou a ser possível consultar os movimentos financeiros, o que à partida seria um aspeto positivo e continua a ser, mas a informação adicional que aquilo acrescenta é pouca ou nenhuma à informação que já tinham. Na perspetiva de detalhe fica muito aquém das expectativas e das necessidades”.

“Esta questão, que já vem de trás, tem especial relevância porque, este ano e no ano passado, fruto dos diferentes pagamentos – a antecipação e o extraordinário que coincidem no tempo –, não permite às instituições deslindar o novelo que é o pagamento”, explica Mafalda Jesus.

Para além destas questões financeiras, “outras questões colocadas diziam respeito a quais os procedimentos que as instituições devem acionar para obter os complementos que constam do Compromisso, nomeadamente das dependências e demências, tal como a questão do CATL”, refere Mafalda Jesus, explicando que a

principal dúvida das instituições “é muito na perspetiva de saberem quando está disponível e como lhe aceder”.

Outras dúvidas colocadas pelas instituições referiram-se a matérias mais específicas de cada território em que as sessões se realizaram.

“Depois há uma questão transversal que é sobre o não cumprimento de diversos aspetos que constam do Compromisso. É algo que se vai perpetuando, tal como a comunicação do trabalho que é realizado”, sublinha Mafalda Jesus, explicando: “Estas sessões também permitem outra questão e que, muitas vezes, é apontado como lacuna no que respeita à representação, que é a comunicação e feedback que é dado às associadas sobre o trabalho feito em sede negocial para o Compromisso. O processo negocial não é apenas feito em torno da questão financeira. Há muito a ideia de que o Compromisso é a atualização dos acordos, mas há todo um conjunto de matérias de grande importância para as instituições, que são trabalhadas ao longo do ano e que são propostas e apresentadas em sede negocial, mas nem sempre são aceites”.

Nesta perspetiva uma crítica muitas vezes feita ao que vem no Compromisso diz respeito aos Grupos de Trabalho. Há a ideia de que não servem para nada, mas, como refere Mafalda Jesus, “são muitos importantes para a CNIS fazer perceber ao Estado a importância de determinadas matérias e da urgência em lhes dar resposta”.

Nesse sentido, Mafalda Jesus lembra algo que o presidente da CNIS, presente na sessão de Lisboa, destacou.

“O padre Lino Maia destacou neste Compromisso um particular avanço na área da saúde e da educação, que resultaram de propostas e da grande insistência da CNIS e que há muito eram deixadas de lado e, finalmente, foram conseguidas. E, ao longo das sessões, fomos dando esse feedback às instituições, porque, normalmente, não há essa perceção. Há um trabalho da CNIS que é invisível, que

resulta das necessidades que recolhemos junto das instituições e, depois, são meses ou anos de trabalho até se conseguir a sua concretização”, lembra.

Mas as sessões explicativas não servem apenas para esclarecer as IPSS, serve também para a CNIS manter o contacto direto com as associadas e desses encontros recolher informação fundamental para a sua preparação e fundamentação nos diferentes processos negociais com o Estado.

“Estas reuniões fazem parte da estratégia da CNIS para manter o contacto permanente e presencial com as instituições e, assim, ter acesso e reunir o máximo de informação para levar para as negociações”, destaca Eleutério Alves.

“Todos os momentos de contacto com as associadas, presenciais ou online, têm como objetivo recolher informação para a CNIS estar mais capacitada e melhor munida de realidade para melhor poder representá-las. Obviamente, o contacto mais direto e com maior número de associadas, porque muitas vezes, o problema de uma é o problema de muitas, é sempre muito importante e é aí que acabam por se identificar aspetos que depois vêm a ser trabalhados pela CNIS”, argumenta Mafalda Jesus, especificando: “Todas as questões que são introduzidas no Compromisso ou em outros instrumentos resultam de preocupações que a CNIS tem em relação a determinados temas e assuntos, mas, acima de tudo, vem da base, de tudo aquilo que são as dúvidas, os problemas, os constrangimentos das instituições. E isso chega-nos em maior volume nestes momentos de encontro que vamos tendo, mas também através das questões que chegam diretamente à CNIS. Por vezes, o problema de uma instituição alerta-nos para algo que pode estar a ser vivido por outras instituições. E, depois, junto das instâncias com quem a CNIS se relaciona e está presente, sempre que podemos introduzimos esses temas”.

É por isso que é importante e fundamental as associadas participarem nestes fóruns promovidos pela CNIS.

“Habitualmente, depois da realização de sessões registamos sempre um aumento dos contactos com a CNIS e com estas quatro não foi exceção. No entanto, as instituições sabem que podem sempre contactar a CNIS, mas com estas sessões há a constatação que, de facto, há um canal aberto”, sustenta Patrícia Monteiro.

“A importância de as IPSS dominarem o Compromisso é essencial para melhor se defenderem, por exemplo, nas ações inspetivas da Segurança Social”, cujos técnicos muitas vezes “não conhecem bem o documento e o que nele consta”, alertou Filomena Bordalo, assessora da CNIS.

No conjunto das quatro sessões, dos 760 participantes inicialmente inscritos, marcaram presença 602 em representação de 349 instituições associadas.

Para além do presidente-adjunto e das duas técnicas do Departamento Técnico, as quatro sessões explicativas contaram ainda com os assessores Filomena Bordalo e Henrique Rodrigues e, em Lisboa, com o padre Lino Maia.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

Cuidar da democracia

Neste ano vamos a eleições pelo menos duas vezes (três para os açorianos), somos chamados a renovar o nosso laço político com a comunidade, escolhendo democraticamente quem nos representa.

A democracia é simultaneamente uma ideia velha, experimentada em diferentes civilizações e uma realidade nova, ocidental, embora alargando-se progressivamente a diferentes partes do mundo. Abraham Lincoln talvez seja o autor da sua definição mais concisa e clara, ao falar de “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Fê-lo em Gettysburg, em 1863, quando homenageava os soldados falecidos na mais sangrenta batalha da Guerra Civil americana, aí travada, alguns meses depois de as tropas unionistas nela terem derrotado os confederados, sublinhando que a democracia é edificada contra os perigos que enfrenta.

A democracia é uma forma de deliberação pacífica sobre o rumo das sociedades, assente no reconhecimento de clivagens institucionalizadas sob a forma de forças políticas (partidos), que competem pela escolha popular, num contexto de garantia da liberdade de expressão e de opinião, resultando na rotação no poder entre os partidos com mais apoio em cada momento. Implica solidariamente confiar o poder às maiorias e a pedir a estas a garantia de respeito pelas minorias.

A compatibilização que no século XIX parecia impossível entre economias de mercado e garantias de direitos civis, políticos e económicos, sociais e culturais, foi conseguida pela democracia, com apoio popular massivo, na segunda metade do século XX, originando sociedades abertas e historicamente pouco desiguais.

A marcha democrática parecia imparável no fim desse século. Entretanto, o caminho inverteu-se. A China, depois de Tiananmen, manteve-se uma ditadura de partido único. Na Ásia, no Médio Oriente, na Rússia, na América Latina, afirmaram-se sistemas formalmente pluripartidários, mas de facto autoritários, sem competição partidária justa, sem liberdade de expressão e sem separação de poderes. Nos EUA, nas Filipinas, no Brasil houve vitórias democráticas de forças populistas. E mesmo na União Europeia, a Hungria e a Polónia tiveram

desenvolvimentos políticos preocupantes.

Portugal tem uma Constituição que nos assegura um Estado social e democrático de direito. A revolução parecia ter-nos imunizado contra pulsões autoritárias e a vivência em ditadura ter-nos deixado coletivamente marcas que nos protegeriam de novos ventos autoritários, iliberais e antidemocráticos. Mas as tensões que atravessam o mundo, tocam-nos também.

Uma das razões para o apoio popular à democracia foi a crença em que sob este regime seria maior a proteção dos mais frágeis e mais sólidas as garantias de distribuição justa dos frutos do progresso. Contudo, muitos países, Portugal incluído, atravessaram décadas de estagnação económica e enveredaram por prioridades nas políticas públicas que sacrificaram serviços e direitos sociais às necessidades de consolidação orçamental.

A convergência das forças políticas dominantes, à direita e à esquerda, em torno de medidas que muitos sentem e vivem objetivamente como prejudiciais, provoca erosão do apoio que recebe. Afinal, como dizia T. H. Marshall nos anos 50 do século passado, a democracia estruturase em torno de quatro princípios – solidariedade, cidadania, direitos e igualdade – que limitam e se contrapõem a outros quatro princípios do capitalismo – escassez, mercado, propriedade e desigualdade. Se a política falha essa missão de contenção do mercado, gera necessariamente descontentamento que se canalizará contra ela.

Acresce que a polarização política se aprofundou. Não pelo confronto saudável de projetos e visões, mas pelo recurso crescente às tentativas de desqualificação do adversário político. Os melhores exemplos deste fenómeno são, talvez, Trump e Biden (e antes Hillary Clinton) ou Bolsonaro e Lula. No entanto, um pouco por toda a parte, e Portugal não é exceção, surgem tais tentativas.

A separação de poderes é frequentemente ameaçada quer pelas tentativas de controlo político do poder judicial quer, inversamente, pelo poder judicial exercido como instrumento de luta política.

A polarização excessiva é agravada por alterações profundas no funcionamento do espaço

público. A crise do jornalismo aumenta o ruído, a espetacularidade negativa e a dificuldade em criar um ambiente propício ao debate de propostas e projetos. Os novos media, municiados por algoritmos que selecionam o que mostram a cada um em função das preferências anteriores, radicalizam e agravam a vivência em casulos. As técnicas de microreferenciação permitem fazer chegar mensagens específicas a segmentos criteriosamente selecionados. E a desinformação procura influenciar processos eleitorais manipulando as pessoas.

As nossas sociedades estão também a mudar por diversas razões demográficas e económicas. As economias avançadas estão hoje necessitadas de atrair trabalhadores. E há zonas do mundo onde essa força de trabalho existe e sonha com uma oportunidade. Consequentemente as nossas sociedades tornam-se multiculturais, multiétnicas e multirreligiosas. E enfrentam o desafio de integrar novas comunidades. Beneficiando do trabalho dos recém-chegados, temos o dever de lhes encontrar um lugar justo na sociedade, respeitar as suas crenças religiosas e lhes disponibilizar serviços acessíveis, na habitação, na educação e noutros domínios sociais. Todos precisamos de aprender a viver em sociedades cada vez mais diversas.

Muitos destes imigrantes e dos seus filhos serão nossos concidadãos amanhã e farão com toda a justiça parte da colheita das sementes de progresso de cuja plantação hoje fazem parte. Merecem-no e temos o dever de não tratar seres humanos, nossos irmãos em dignidade, como recursos descartáveis. Mas há quem agite contra eles o ódio que mina a convivência democrática.

Finalmente, surgem falsos profetas, tentando apropriar-se do monopólio da representação de um povo “puro”, contra segmentos desse povo “corruptos”, alimentando-se de ressentimentos e procurando capitalizar energias destrutivas.

Todos estes fatores nos ameaçam e todos os democratas têm a missão de cuidar da nossa democracia, seja qual for a sua origem social, o seu quadro de referência de valores e ideias ou o seu papel na comunidade. Porque só há governo para o povo, se ele vier do povo.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Eleições - Mudança de Gerações

1 - Agora que nos encontramos em pleno processo comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, começo pelo que escrevi aquando da passagem dos 40 anos da Revolução, para uma publicação comemorativa da efeméride, no contexto do combate às medidas da troika e às ameaças que esse tempo representou para os valores que esse “dia inicial, inteiro e limpo” trouxe à nossa Pátria.

“São incertos os ventos, vai oscilando o mastro,
As ondas em revolta abrem o abismo e o breu.
Rodopia sem rumo – a barca perdeu o lastro.
Não há flat no mar, nem há luzes no céu.

Já vai longa a viagem, nos acasos da sorte,
E é escasso o talento dos capitães ao leme.
Voga a barca sem tino, sem destino nem norte;
Quando estremece o mastro, até a alma teme.

Quando a barca partiu, partiu dum cais em festa;
Tinha o vento a favor, tinha o sol de feição.
Mas veio a tempestade, as febres do suão;
E o mesmo Adamastor, a mesma antiga besta,

Refulgindo no escuro de uma luz febril,
A cabeça grotesca, o corpo enorme e tosco,
Volta a querer engolir, apesar de estar morto,
Marinheiros e barca, fechá-los no redil.

Mas também desta vez chegaremos a um porto.
Nem mil águas nem medos nos levarão Abril.”

2 – Passados já os 71 anos de vida, nem esqueço, nem quero esquecer o privilégio que foi o ter-me calhado em sorte viver tempos gloriosos no meu País e de ter acompanhado, e participando, já jovem adulto, no fim de um regime bisonho e triste, provinciano e pobre, substituindo-o pela alegria e pela luz da Primavera de Abril.
A mudança da ditadura para a democracia não foi coisa pouca!

Como escrevi no soneto acima reproduzido, nem sempre tivemos capitães com talento, que nos conduzissem a barca para praias amenas, através de mares bonançosos.

Pelo contrário, fomos amiúde embater no Adamastor, e entregues à sua volúpia, por imperícia ou por traição dos timoneiros,

António Costa tem razão, quando refere que os resultados das eleições legislativas de 10 de Março representarão a chegada ao poder de uma nova geração, já nascida, ou com consciência política adquirida após o 25 de Abril – sem o conhecimento vivido, ou sem a impressão, quase táctil, ou epidérmica, do que era o Portugal da ditadura.

Representarão o abandono do comando do País por gente que viveu a Revolução e que, mesmo quando foi incompetente, governou contra os (des)valores do Antigo Regime.

Quer Pedro Nuno Santos, quer Luís Montenegro – um deles será o próximo Primeiro-Ministro -, pertencem à nova geração, já criada em democracia.

A mudança geracional de que fala António Costa tem duas faces: uma boa, a outra, menos boa.

A face boa é a de pensarmos que a democracia é uma aquisição estável, um dado adquirido, que já não necessita do velho antifascismo como fundamento da acção política.

Na verdade, a democracia tem também como atributo a igualdade de todos os cidadãos – pelo que a idade não é um posto.

Os mais velhos não detêm o monopólio do princípio representativo.

Mas a memória faz falta – e é esta a face má da mudança geracional.

A nossa democracia é ainda recente - e é frágil. Com escrevia Artur Portela Filho, em “A Funda”, nos idos dos anos de 70 do século passado, faltam-lhe séculos de bom regadio inglês.

Parece até que gente do antigamente já encontrou lugar de acolhimento em novas ou renovadas forças partidárias – e que alguns dos princípios por si defendidos vão vicejando nesses novos prados.

A esse ascenso – palavra hoje pouco usada, mas que fazia parte, em tempos heróicos, da gramática de partidos marxistas-leninistas -, a este ascenso, repito, faz falta a memória, enquanto houver, de quem sabe que o nosso regime democrático, felizmente em vigor, foi construído contra a ditadura – e para que a mesma não voltasse nunca mais.

3 – Como resulta do que acima escrevi, a minha formação, política e pessoal, foi feita no ambiente da luta contra a ditadura.

Fazia parte da tradição iconográfica desse ambiente os banqueiros serem normalmente desenhados com cartola, fraque e charuto, sentados sobre o lombo dos devedores e sugando os explorados pelos bancos.

A evolução do sistema bancário, após o 25 de Abril, não permitiu aos cidadãos afastar esse protótipo iconográfico, não sendo a transmutação entre a banca e a política seguramente um dos casos de sucesso da nossa democracia

– a não ser para os que transitam entre os dois universos, como é corrente acontecer.

Não tenho, assim, em grande conta, nem a banca, nem os banqueiros; e sou daqueles que considera que o País nada deve à banca; mas que esta muito deve ao País – e aos portugueses.

Por exemplo, acredito que Ricardo Salgado tenha mantido os comportamentos ilegais por que foi acusado pelo Ministério Público e mesmo já condenado em juízo.

Mas considero que os direitos humanos fundamentais devem prevalecer sobre a sanha persecutória.

Obrigar Ricardo Salgado a comparecer em Tribunal – e, pior, impor-lhe a exposição da sua actual fragilidade física e intelectual, sabendo que os “media” estariam, como sempre estão, com lugar cativo à porta do Tribunal -, se ele estiver efectivamente doente, constitui uma indignidade.

Se o Tribunal entendesse que era forçoso ouvi-lo, fosse a sua casa, para o ouvir recatadamente.

Quando iniciei a minha vida como advogado, há mais de mais de 45 anos, retorquiu-me uma vez um Juiz – aliás, excelente magistrado -, que procurei contactar a propósito de um lapso da secretaria judicial, que só falava com advogados através do papel selado (como então se usava).

A actual circulação pública de informação, relativamente a processos, quase sempre com violação do segredo de justiça, recomenda que os agentes judiciais procurem preservar o recato e poupem os inquiridos à apropriação pelo público da sua intimidade e das suas fraquezas.

Como era hábito dos magistrados desse tempo.

Mesmo que os visados sejam culpados!
“Est modus in rebus!”



APPDA SETÚBAL (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA AS PERTURBAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO E AUTISMO)

No último domingo de cada mês, no CC Alegro, há «Hora Silenciosa» a pensar nas pessoas com PEA

A APPDA Setúbal (Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo) é parceira do Centro Comercial Alegro Setúbal no Projeto «Hora Silenciosa».

Assim, com início no passado dia 28 de janeiro e com nova sessão no último domingo de cada mês, CC Alegro Setúbal acolheu a estreia do projeto «Hora Silenciosa», uma ação feita para proporcionar um ambiente tranquilo e acolhedor para receber pessoas com Perturbações do Espectro do Autismo (PEA).

No último domingo de cada mês, durante a primeira hora de funcionamento, das 10h00 às 11h00, o centro comercial terá diversas iniciativas para permitir uma visita mais tranquila.

A «Hora Silenciosa» surge no âmbito da proximidade do CC Alegro Setúbal com a



comunidade, que entendeu a necessidade de criar um ambiente mais acolhedor para pessoas com PEA e as suas famílias.

Com ajuda da APPDA de Setúbal, o centro promoveu, numa primeira fase, uma série de iniciativas para a sensibilização de colaboradores, através de um guia de boas práticas e informações sobre o assunto, de forma a que todos estejam capacitados para

proporcionar uma abordagem acolhedora.

Assim, entre as 10h00 e as 11h00, de cada último domingo do mês, para criar um ambiente mais tranquilo, durante a «Hora Silenciosa», o CC Alegro Setúbal vai desligar a música e os ecrãs, reduzir a iluminação, parar a circulação de carrinhos de recolha de lixo e carrinhos de descarga das lojas, parar as escadas rolantes de acesso ao piso 2, distribuir tampões auriculares descartáveis, junto ao balcão de informações, entregar um guião informativo aos visitantes para um melhor acolhimento e incentivar os colaboradores a utilizarem os telemóveis em modo silencioso.

Haverá ainda uma sala de acolhimento, localizada próximo ao parque infantil, e lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com PEA.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE ESMERIZ, VILA NOVA DE FAMALICÃO

Instalações requalificadas para melhor servir os utentes

Fevereiro é mês de festa em Esmeriz, Vila Nova de Famalicão, com a inauguração das requalificadas instalações do Centro Social da Paróquia de Esmeriz.

A intervenção no equipamento social foi efetuada ao longo dos últimos dois anos e teve um custo de cerca de 500 mil euros, que contou com o apoio do Portugal 2020.

A IPSS de Esmeriz, a funcionar desde o ano de 2002, tem respostas sociais nas áreas da infância, com creche e pré-escolar, e terceira idade, com Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Segundo responsáveis da instituição, os 22 anos de serviço refletiam-se e era necessário ajustar o edifício à realidade dos dias de hoje

para “garantir o conforto e segurança que os idosos e crianças merecem”.

“O Centro Social da Paróquia de Esmeriz quer, assim, continuar a prestar um serviço próximo e de excelência junto da comunidade e tantas famílias, ajudando-as a sonhar um futuro melhor e mais digno”, sustentam os responsáveis pela IPSS famalicense.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Catálogo de Boas Práticas da Cáritas Europa destaca três projetos inovadores nacionais

A Cáritas Europa apresentou o Catálogo de Projetos do Festival de Inovação 2024, compêndio que destaca boas práticas de projetos inovadores, no âmbito da Cáritas Europa e Cáritas África, com a Cáritas Diocesana de Coimbra representada por três projetos.

O Catálogo é uma valiosa compilação que representa uma base de dados de inovações inspiradoras e que está acessível na íntegra em Catálogo de Projetos Cáritas Europa 2024.

A Cáritas de Coimbra tem três dos seus projetos destacados na edição 2024 do Catálogo: PharaOn, DigiLife e Allrights.

Entre eles, o projeto PharaOn foi escolhido para uma apresentação especial no



Caritas Europa Innovation Festival. Ângela Rodrigues e Elisabete Pitarma foram as representantes da Cáritas de Coimbra na apresentação deste projeto, no passado dia 2 de fevereiro.

O programa deste ano do Festival de Inovação celebrou, mais uma vez, a inovação social em todas as suas dimensões. Apenas 10 projetos foram selecionados para subir ao palco virtual e apresentar as suas iniciativas com detalhes aprofundados. O evento proporcionou a oportunidade de interagir com especialistas em inovação social e discutir temas relevantes, como o bem-estar para a mudança social e a criação de ecossistemas prósperos para jovens inovadores.

OBRAS SOCIAIS DE VISEU

«Café Memória» abre portas a toda a comunidade para mais um ano de sessões mensais

No último sábado de janeiro, o Centro de Apoio a Pessoas com Alzheimer e Outras Demências (CAPAD), das Obras Sociais Viseu, abriu as portas a mais um ano com do «Café Memória», um projeto em parceria com a Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV)/Instituto Politécnico de Viseu (IPV), a Câmara Municipal de Viseu e a Alzheimer Portugal.

Na rentrée, «Vejo, ouço, cheiro e gosto! Snoezelen e saúde cerebral» foi o mote, dado por Rute Carreira Ramos, terapeuta snoezelen e pós-graduada em Intervenção na Demência, para o início dos encontros destinados a pessoas com problemas de memória ou demência, aos seus familiares, amigos e cuidadores, para partilha de experiências e suporte mútuo.

O «Café Memória» abre portas, mensalmente, todos os quartos sábados de cada mês, das 10H00 às 12H00, na Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV). A participação é gratuita e não necessita marcação prévia.

Segundo os responsáveis das Obras Sociais de Viseu, “no Café Memória Viseu poderá encontrar um ambiente acolhedor, reservado e seguro onde se facilita a interação entre todos, se oferece apoio emocional, informação útil e promove a participação das pessoas em atividades lúdicas e estimulantes, com o apoio de profissionais de saúde ou de ação social, num contexto informal”.

Com esta iniciativa, os promotores pretendem reduzir o isolamento social em que muitas das pessoas com demência e os seus familiares e cuidadores se encontram, “contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida”.

Para além disto, o «Café Memória» tem também como grande propósito “sensibilizar a comunidade para a relevância crescente do tema das demências”, combatendo o estigma que lhe está associado.



PETIÇÃO PELA DEMÊNCIA

Por outro lado, as Obras Sociais Viseu, ainda no âmbito da resposta social CAPAD, subcrevem a campanha, lançada pela Alzheimer Europe, pelo reconhecimento da Demência como prioridade pública a nível europeu, no contexto das Eleições Europeias que ocorrerão em 2024.

A campanha dirige-se a todos os cidadãos da União Europeia, assim como aos candidatos ao Parlamento Europeu, e baseia-se no «Manifesto de Helsínquia», que descreve a situação atual da Demência na Europa e especifica diversas solicitações destinadas à Comissão Europeia, instituições e governos nacionais.

Para José Carreira, presidente das Obras Sociais Viseu, “a campanha lançada pela Alzheimer Europe é uma excelente iniciativa e deve ser apoiada por todas as portuguesas e portugueses para que a Demência seja considerada uma prioridade pública”.

“Temos muita esperança que os candidatos

ao Parlamento Europeu, em representação de Portugal, assinem a petição e se envolvam para que a Europa seja uma Comunidade Amiga na Demência”, sustenta José Carreira, deixando um alerta: “É fundamental que os partidos políticos assumam, em Portugal, a demência como prioridade e que na próxima legislatura sejam dados passos firmes no apoio às pessoas com demência, aos seus cuidadores e famílias”.

A adesão das Obras Sociais de Viseu à iniciativa da Alzheimer Europe, no apelo a todos os cidadãos para que assinem a petição «Call to Action», tem por base duas ideias-chave que se pretende levar até aos decisores políticos europeus: a Demência é uma questão fulcral para os cidadãos europeus; e é fundamental que os candidatos ao Parlamento Europeu assinem o «Compromisso Europeu para priorizar a Demência – 2024», comprometendo-se a colaborar com a Alzheimer Europe, durante a próxima legislatura.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JOANINHO, SANTA COMBA DÃO

Primeiro certificado Biosphere do país premeia boas práticas sustentáveis

O Centro Social e Paroquial de São Joaninho (CSPSJ), em Santa Comba Dão, é a primeira IPSS do país a receber o certificado Biosphere pelas práticas sustentáveis adotadas.

A instituição, fundada em 2006, e que este ano atinge a maioria, acolhe 80 idosos em ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), com uma equipa de 50 trabalhadores.

Para a atribuição do certificado Biosphere, o Centro foi avaliado de acordo com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável definidos

pelas Nações Unidas, promotora da certificação.

A instituição de Santa Comba Dão cumpriu todos os critérios de orientação, de acordo com o definido pelas Nações Unidas e previstos na Agenda 2030, em termos de sustentabilidade, economia, meio social e ambiente.

Cada um dos objetivos integra um conjunto de ações que têm de ser concretizadas, o que a instituição, tal como consta do seu plano de ação relativamente à sustentabilidade, realizou e que, depois de devidamente auditado, deu

origem à certificação agora entregue.

A cerimónia de entrega da certificação juntou dirigentes da instituição social e ainda os autarcas Leonel Gouveia, presidente da Câmara de Santa Comba Dão, e Daniel Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia de São Joaninho, num momento, considerado pela diretora-técnica do CSPSJ, Elisabete Costa, um “momento histórico”, que “destaca o compromisso exemplar do Centro Social e Paroquial de São Joaninho com a sustentabilidade económica, social e ambiental”.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

CONSTRUÇÃO DE HOTEL EM SANTA MARIA DA FEIRA

Fundação Inatel quer ajudar refugiados e acolher exilados

A Fundação Inatel projeta instalar em Santa Maria da Feira, a partir de 2026, num antigo espaço da Segurança Social, um hotel para dar trabalho a refugiados e acolher exilados, revelou o presidente da instituição.

Criada em 1935 como Fundação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT), a Fundação INATEL, hoje tutelada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, desenvolve atividades de valorização dos tempos livres nas áreas do turismo social, da cultura popular e do desporto amador, com profundas preocupações de humanismo e elevados padrões de qualidade, lê-se na sua página na Internet.

Presente em todo o país com uma rede de 27 locais, 17 unidades hoteleiras, um parque de jogos, vários pavilhões desportivos e o Teatro da Trindade, em Lisboa, a instituição

tem, segundo o seu presidente, Francisco Madelino, também um histórico de apoio social, como o “verificado na época da descolonização ao 1,2 milhões de portugueses acolhidos e provenientes das ex-colónias”.

“A ideia é fazer um hotel integrador, com funções sociais, que reúne públicos normais oriundos de várias nacionalidades, mas também com outras diferenças, e onde possam conviver com pessoas que fazem a sua estadia normal, mas onde também possam estar exilados políticos” descreveu o responsável da fundação.

Todavia, acrescentou, o projeto quer chegar também a outros públicos e está projetado para incluir “residências artísticas”, sendo “construído com uma arquitetura inovadora e virada para a sustentabilidade ambiental”.

Na fase de angariação de “fundos de inovação social”, essa procura, explicou Francisco

Madelino, decorre com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, mas sem perder de vista apoios provenientes das “políticas europeias de apoio à integração de públicos com diferenças”.

“O objetivo é dentro de dois anos [2026] ter o projeto iniciado”, disse.

Relatando que este tipo de projeto já existe em alguns países europeus, o presidente da fundação acrescentou tratarem-se de iniciativas que “misturam a inovação com a organização, com a arquitetura e com os públicos e mobiliza pessoas com militância social na integração e relação entre povos”.

Ainda segundo o responsável da fundação, “o investimento, apoios incluídos, para requalificar a estrutura que é da década de 1970, oscilará entre os dois e três milhões de euros”.



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC	}	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA
ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	}	QIJ QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE
US UNIDADES DE SAÚDE	}	QTI QUALIDADE 3ª IDADE
PI PLATAFORMA INTEGRADA (WEB)		
ORC MÓDULO ORÇAMENTOS	}	UTC UTENTES CT
CNT CONTABILIDADE ESNL	}	GI GESTÃO DE IMÓVEIS
ORD ORDENADOS	}	REN RENDAS

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM

www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fixa Nacional

TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para a Rede Móvel Nacional

EMAIL: tsr@tsr.pt




RELATÓRIO DE EMIGRAÇÃO

Cerca de 1.400 portugueses detidos no estrangeiro em 2022

Um total de 1.387 portugueses encontravam-se detidos no estrangeiro no final de 2022, três dos quais por crimes contra o Estado/terrorismo, embora o principal motivo das detenções seja o crime com estupefacientes, de acordo com o Relatório da Emigração.

Elaborado pelo Observatório da Emigração e a Rede Migra, no documento indica-se que, no ano passado, se registaram mais dez detenções de portugueses no estrangeiro do que no ano anterior.

Na Europa, o maior número de detidos está registado no Reino Unido (312), seguindo-se a França (248), Espanha (180), Suíça (179), Alemanha (120) e Luxemburgo (116).

Fora da Europa foram identificados 124 cidadãos nacionais detidos, com o Brasil a continuar a ser o país com o maior número de detenções de cidadãos nacionais fora do espaço europeu (40).

A grande maioria dos detidos são homens e a maior parte das detenções, de que é conhecido o motivo, deve-se a crimes com estupefacientes, seguidos dos crimes contra a pessoa (132), crimes sexuais (54) e homicídio (34).

Os autores do relatório destacam “uma ligeira diminuição do número de detidos em prisão preventiva (menos nove), consolidando-se o número de pessoas em prisão efetiva (mais 397)”.

O mesmo documento refere que em 2022, foram expulsos, afastados ou deportados para Portugal 267 cidadãos portugueses, dos quais 131 provenientes de países da União Europeia, Espaço Económico Europeu e Suíça: Alemanha (nove), Bélgica (seis), Espanha (23), Finlândia (seis), França (54), Islândia (um), Luxemburgo (21), Noruega (três), Países Baixos (quatro), República Checa (um), Suécia (um) e dois da Suíça.

Os restantes 136 cidadãos que foram expulsos, afastados ou deportados encontravam-se em países no resto do mundo: Andorra (três), Angola (dois), Canadá (38), Emirados Árabes Unidos (um), Estados Unidos (19), Filipinas (um), Kuwait (um), México (oito), Moçambique (cinco), Reino Unido (51) e Venezuela (sete).

O Estado português providenciou acolhimento a 11 cidadãos portugueses nestas situações, provenientes da Bélgica (um), Canadá (dois), Estados Unidos (dois), França (um), Reino Unido (dois), Suécia (um) e Suíça (dois).

O Relatório da Emigração 2022 foi elaborado pelo Observatório da Emigração e a Rede Migra, no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).



Segundo este relatório, cerca de 60.000 portugueses emigraram em 2022, sendo a Suíça o principal destino destes cidadãos.

345 IDOSOS EM CARÊNCIA ABSOLUTA

Pelo menos 345 portugueses residentes no estrangeiro, com 65 ou mais anos, viviam no final de 2022 em situação de absoluta carência e por isso a receberem apoio social do Estado português, segundo o Relatório da Emigração.

No documento indica-se que a situação destes portugueses não era superável pelos mecanismos existentes no país de acolhimento e por isso recebiam o Apoio Social a Idosos Carentes das Comunidades Portuguesas (ASIC-CP).

Em 2022, foram recebidas 58 candidaturas a este apoio, provenientes de quatro países: África do Sul (oito), Chile (uma), Uruguai (uma) e Venezuela (48).

No último trimestre de 2022, encontravam-se a receber esta ajuda 345 beneficiários, distribuídos por 10 países: Brasil (141), Venezuela (119), Moçambique (31), África do Sul (31), Zimbabué (11), Angola (seis), Uruguai (dois), Cabo Verde (dois), Argentina (um) e Chile (um).

A despesa global anual com este apoio foi de 581 mil euros.

Elaborado pelo Observatório da Emigração e a Rede Migra, no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), o Relatório da Emigração 2022 indica que, nesse ano, o Estado português proporcionou uma ajuda de 76.551 euros a cidadãos portugueses, com residência legal e efetiva no estrangeiro, em situação comprovada de absoluta carência ou evidente fragilidade, através do apoio social a emigrantes carentes das comunidades portuguesas (ASEC-CP).

Estes emigrantes portugueses encontravam-se em Valência (11), Caracas (11), Joanesburgo (três), Beira (um) e São Tomé e Príncipe (um).

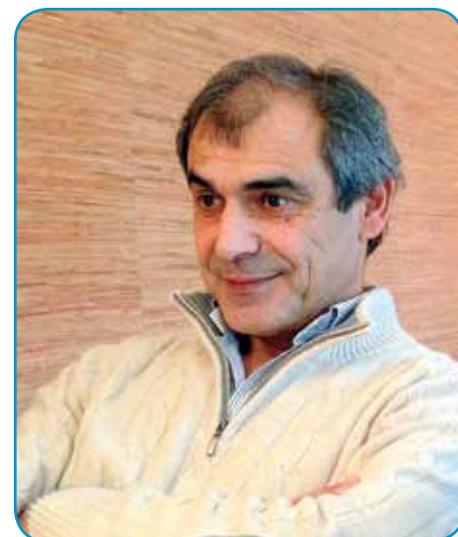
No documento dá-se ainda conta de 65 apoios à chegada a Portugal (sociais e sanitários) em 2022.

Os apoios sociais foram atribuídos a 53 cidadãos provenientes da Alemanha, Angola, Áustria, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Dinamarca, Espanha, França, Luxemburgo, México, Moçambique, Países Baixos, Peru, Polónia, Reino Unido, Suécia, Suíça e Venezuela.

Doze cidadãos provenientes da Alemanha, Angola, Bélgica, Espanha, França e Suíça foram beneficiários de apoios sanitários.

No ano passado foram tratadas 37 repatriações (menos 35% do que em 2021) de cidadãos nacionais que se encontravam no estrangeiro, desprovidos de meios para regressar a Portugal, sendo “o esgotamento de rendimentos” o principal fator associado às repatriações.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



O que fazer com o dinheiro russo na posse do ocidente?

O que fazer com o dinheiro russo na posse do ocidente?

A guerra na Ucrânia vai para dois anos e, infelizmente, não se pode dizer que as coisas estejam a correr bem.

O financiamento da Ucrânia esteve, e em certa medida ainda está, por um fio, uma vez que, até há pouco tempo, a Hungria bloqueou com o seu veto o programa de financiamento europeu, ao mesmo tempo que nos Estados Unidos um eventual apoio financeiro à Ucrânia continua embrulhado nas disputas entre o executivo democrata e a Câmara do Representantes que é controlada pelos republicanos.

As notícias que vão chegando da frente de batalha também não são positivas. A Rússia parece ter ganho de novo a iniciativa com ataques distribuídos ao longo da gigantesca frente de mais de mil quilómetros.

Por outro lado, aparentemente, começam a surgir as primeiras brechas na unidade ucraniana com dissensões entre o Presidente Zelensky e o comandante em chefe das forças armadas, o general Valerii Zaluzhnyi.

É neste quadro, tudo menos benigno, que reemerge à superfície o debate sobre o que fazer com os ativos russos que foram apreendidos pelo ocidente, cujo montante pode exceder os 300 biliões de dólares, ou seja, um pouco mais que o PIB português. A maioria desses ativos está em mãos europeias – cerca de dois terços do total estão à guarda da Euroclear, uma empresa europeia de gestão de ativos financeiros sediada na Bélgica.

O que fazer com a montanha de dinheiro russo que foi congelado pelo ocidente tem sido e continua a ser objeto de grande controvérsia. Embora todos os participantes no debate tenham como objetivo punir a Rússia e ajudar a Ucrânia, a verdade é que a forma de utilizar os ativos apreendidos para esse fim está longe de colher unanimidade.

Há quem defenda confisco puro e simples dos ativos e utilização do dinheiro para financiar o esforço de guerra da Ucrânia e, uma vez conseguida a paz, para obrigar a Rússia a pagar pelos danos que causou e está a causar.

Contudo, esta perspetiva radical coloca problemas de ordem legal, política e também potenciais questões complicadas no plano da estabilidade financeira. Finalmente há quem receie o risco de represálias fortes da Rússia sendo que

alguns países estão mais expostos do que outros o que, obviamente, dificulta a obtenção de uma visão razoavelmente consensual.

É duvidoso que exista base legal para o confisco uma vez que, formalmente, os países ocidentais que têm os ativos à sua guarda, não estão em guerra com a Rússia. Para os que defendem uma ordem internacional baseada, em regras e não em força bruta, seria um mau começo atropelar as regras ainda que para punir um prevaricador como é o caso da Rússia e ajudar o país ofendido, no caso a Ucrânia.

Por outro lado, a eficácia do confisco, enquanto forma de punição do regime de Putin, seria sempre diminuta – a penalização para a Rússia seria mínima. De facto, a Rússia dispensou muito bem os ativos apreendidos pelo ocidente no esforço de financiamento da guerra. Só em 2022, graças a preços de energia levitados, a Rússia pôs as mãos num excedente da balança corrente no montante de 227 biliões de dólares, ou seja, quase tanto como o dinheiro congelado no ocidente.

O tema das eventuais consequências na estabilidade financeira e monetária pode não ser despreciando.

As reservas dos bancos centrais, às quais pertenciam os ativos russos apreendidos, são ainda esmagadoramente denominadas em dólares (+/- 50%) e euros (+/- 20%).

O confisco puro e simples dos ativos russos, ainda por cima sem uma base legal sólida, pode levar a que muitos países se lembrem da sabedoria popular que diz que nas costas dos outros vejo as minhas.

Colocar-se-ia o risco de muitos países deixarem de colocar as suas reservas de banco central denominadas em dólares ou euros e à guarda de instituições ocidentais. Por exemplo. A China poderia repensar a forma de reciclar os crónicos e colossais excedentes de balança corrente que corre todos os anos com consequências que duvido que alguém possa antecipar com um mínimo de segurança.

Podemos estar aqui a fazer o papel de aprendiz de feiticeiro, desencadeando movimentos e forças que depois não podemos controlar. Assumindo que a eficácia prática para levar a Rússia a repensar a sua postura ofensiva é mínima, percebendo que as consequências podem ser imprevisíveis e de dimensão que nem sequer

podemos imaginar, parece pouco prudente tomar um risco tão grande quando o benefício pode ser mínimo.

Finalmente a questão das represálias. Há muitos ativos ocidentais na Rússia com países mais expostos e países mais defendidos.

Não por acaso os mais entusiastas em usar os ativos russos são países não europeus (Estados Unidos, Japão e Canadá) e os mais cautelosos são europeus, nomeadamente, a Alemanha, a França e a Itália com o Reino Unido, como acontece quase sempre em matéria de política internacional, a aproximar-se dos americanos.

É neste quadro de difícil conciliação dos interesses de todos que parecem estar a surgir modelos que, eventualmente, possam ser aceites por todos.

Já se tinha formado um razoável consenso de que os rendimentos dos títulos russos poderiam ser usados para ajudar a Ucrânia. Tenho alguma dificuldade em perceber como possa ser assim tão diferente pôr as mãos nos títulos ou confiscar os rendimentos. Admito que haja alguma sutileza jurídica que me esteja a escapar.

Vão chegando notícias de que pode estar a formar-se um consenso alargado em torno de um outro modelo e que a solução poderá, porventura, ser debatida no próximo encontro do G7, a realizar no final do mês de fevereiro.

Com vista a evitar a duvidosa legalidade do confisco, a ideia agora ventilada é de usar os títulos russos como garantia para dívida a emitir (segundo formato que desconheço) e, com o resultado dessa emissão de dívida, ajudar a Ucrânia a enfrentar a guerra e, quando for o caso, no seu esforço de reconstrução.

Ignoro se esta habilidade jurídica vai permitir um consenso na próxima reunião do G7. Tenho as maiores dúvidas de que esta solução seja inquestionável no plano jurídico e tenho quase a certeza que a Rússia vai reagir de forma assertiva. Não descartaria a tomada de medidas de represália por parte da Rússia que podem lesar os interesses de muitas empresas ocidentais, sobretudo europeias e o interesse de alguns países mais expostos.

A prudência recomendaria ser muito cauteloso na gestão do tema dos ativos russos apreendidos pelo ocidente. Financiar a guerra na Ucrânia é algo que o ocidente pode fazer sem se envolver em mais sarilhos com a Rússia e seria por aí que as coisas deveriam ir.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Polícias na Rua

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

COMISSÃO EUROPEIA

Luta mais firme contra abusos e exploração sexual de crianças

A Comissão Europeia adotou uma proposta para reforçar a luta contra os abusos sexuais de crianças e a exploração sexual, aumentando a definição destes crimes e fortalecendo as acusações.

Em comunicado, a Comissão anunciou que a proposta para reforçar a criminalização da pedofilia, divulgação de pornografia infantil e a exploração sexual foi aprovada, depois de meses de discussão com o Parlamento Europeu.

“O abuso sexual de crianças é um crime horrendo que evoluiu significativamente nos últimos anos. Estas regras reforçadas aumentam as definições de ofensas e introduzem penalizações maiores, assim como requisitos mais específicos para a prevenção e assistência das vítimas”, diz o executivo de Ursula von der Leyen.

A proposta foi encabeçada pela comissária para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, que no final do ano admitiu que é cada vez mais difícil detetar e combater estes crimes.

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia têm agora de concordar com a proposta.

Depois de adotada, a diretiva tem 20 dias para entrar em funcionamento depois da publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

A proposta acompanha também uma alteração de 2022 às obrigações que as plataformas digitais têm de deteção e denúncia de abusos sexuais de menores, assim como a sua remoção por inteiro.

“A ameaça é real e tem aumentado na União Europeia. Por exemplo, os manuais de pedofilia continuam disponíveis online, apresentando uma ameaça acrescida para os mais vulneráveis. Também a presença online cada vez maior de crianças e o desenvolvimento tecnológico criaram mais oportunidades para abusos. Só em 2022, houve 1,5 milhões de denúncias de abusos sexuais na UE”, acrescentou a Comissão no comunicado.

Por isso, a Comissão quer alargar “a definição de ofensas criminais relacionadas com abusos sexuais” em todos os países do bloco, para que haja uma uniformização.

A proposta incluiu a criminalização da “transmissão em direto de abusos sexuais”, assim como qualquer pessoa que tenha na posse ou partilhe

manuais de pedofilia.

Com o desenvolvimento sem precedentes da inteligência artificial, a Comissão Europeia também incluiu na proposta a criminalização de conteúdos de pornografia infantil criados com recurso a esta ferramenta, assim como “deep fakes” - imagens ou vídeos, por exemplo, com o rosto de uma pessoa noutro corpo.

A proposta também vai aumentar o período de denúncias para que seja possível à vítima denunciar o agressor sem que o perpetrador do abuso esteja protegido pela prescrição dos crimes.

As vítimas também passam a ter direito a compensação financeira para “lidar com os efeitos a longo prazo do abuso sexual”.

Os 27 países do bloco comunitário também têm de trabalhar para melhorar a prevenção, através de iniciativas de contacto com as crianças para alertá-las para os perigos da internet e comportamentos de predadores sexuais.

“Também vai ser obrigatória a denúncia de ofensas pelo menos por profissionais a trabalhar em contacto com crianças”, acrescentou a Comissão.

No início de dezembro, um grupo de cidadãos europeus adultos dos 27 países, vítimas de abusos sexuais quando eram crianças, entregou no Parlamento Europeu, em Bruxelas, 500.000 assinaturas a exigir um reforço na luta contra a pedofilia e a pornografia infantil, na presença da comissária Ylva Johansson.



Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

Parceiro Oficial

Miele

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt